

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP

CNPJ: 18.918.355/0001-20
ADMINISTRADORA: DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
CNPJ: 15.163.587/0001-27
Rua Ivonne Silveira, 213 – Narandiba, Salvador - BA – CEP: 41.192-007 - Tel: (71) 3103-1040/1058

Desenbahia



Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.



GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

1. Introdução
O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, tem como competência principal a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das Parcerias Público-Privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2013, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroriário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL). Em setembro de 2018, a Assembleia de Cotistas do Fundo aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP destinado à operação, manutenção do Sistema Viário BA-052 e construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios baianos de Xique-Xique e Barra (Sistema Viário BA-052). Em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP que visa à implantação e operação de Veículo Leve sob Trilhos – VLT do Subúrbio. Em novembro de 2020, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do sistema rodoviário ponte Salvador – Ilha de Itaparica. E, em março de 2021, a constituição de garantia do Projeto VLT do Subúrbio foi reti-ratificada em reunião extraordinária da Assembleia de Cotistas.

Este documento tem por objetivo apresentar o comportamento dos principais indicadores do FGBP no exercício de 2021 e está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP, para o devido acompanhamento da gestão do Fundo, conforme rege o inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período
Não se aplica. Não foram realizados novos negócios com os recursos do FGBP no exercício de 2021. Todo o patrimônio do Fundo manteve-se aplicado em fundos de renda fixa e referenciado.

3. Obrigações contraídas no período
No ano em análise, foram celebrados dois contratos de garantia. O primeiro, assinado no mês de março, com a concessionária que executará as obras e os serviços necessários à construção, operação e manutenção do sistema rodoviário ponte Salvador – Ilha de Itaparica. O segundo contrato foi assinado em dezembro com a concessionária responsável pela implantação e operação de Veículo Leve sob Trilhos – VLT do Subúrbio. Desse modo, os recursos foram depositados nas respectivas contas vinculadas conforme determinam os contratos de garantia.

4. Honra a garantias
Em 2021, o Fundo não realizou pagamentos para honra de garantias e nem recebeu valores referentes a pagamentos realizados no passado.

5. Evolução Patrimonial do Fundo
5.1. Conjuntura econômica de 2021 e perspectivas para 2022
O ano de 2021 iniciou-se com uma nova onda de infecções da Covid-19 na Europa e, logo em seguida, os casos da doença voltaram a crescer no Brasil, confirmando que a pandemia se mantém. Ainda nos primeiros meses do ano, o programa de vacinação contra a doença foi iniciado e, ao longo do ano, o ritmo de imunização da população brasileira se acelerou. Bastante afetada pela pandemia, a economia nacional registrou crescimento (prevê-se incremento de 4,6% do PIB para 2021), mas ainda não o suficiente para retornar ao patamar de uma década atrás.

Para 2022, as expectativas quanto à Covid-19 são de maior controle das infecções, quanto à economia brasileira, no entanto, o mercado aposta em crescimento à taxa moderada. O ritmo de elevação da taxa básica de juros deverá continuar, de modo a desacelerar o incremento do nível geral de preços.

Com o aumento da taxa básica de juros da economia brasileira em 2021, as aplicações em valores e títulos com remuneração fixa registraram rendimentos crescentes ao longo do ano. As perspectivas para 2022 são de manutenção dos aumentos dessa taxa (ainda que em desaceleração), situação indicativa de maiores rendimentos das aplicações financeiras em renda fixa. Ao longo do exercício de 2021, os recursos do FGBP permaneceram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa, referenciados no DI. Mantendo a política de investimentos até então praticada, o Fundo não realizou operações em outros segmentos.

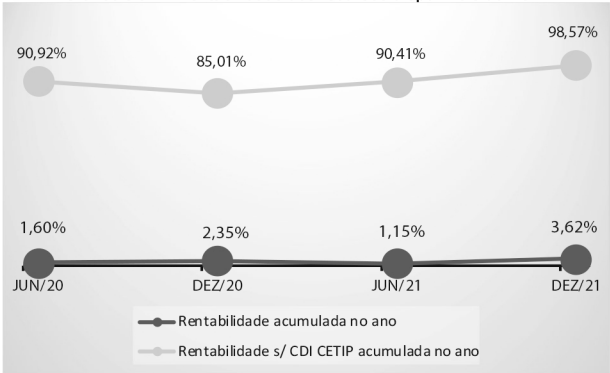
A política de tratamento dos ativos do FGBP não deverá se modificar no exercício de 2022, o que significa dizer que os recursos disponíveis do Fundo permanecerão aplicados em títulos de renda fixa, referenciados na taxa do CDI. Para a contabilização do patrimônio, além dessas disponibilidades, se observará a sub-rogação dos direitos referentes à honra de garantias realizadas.

5.2. Principais movimentações em 2021
As movimentações do Fundo no ano em apreço foram o resgate de cotas no valor de R\$ 60 milhões, realizado em outubro; as receitas provenientes das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro, que somaram R\$ 12,3 milhões; e as despesas administrativas que totalizaram R\$ 0,6 milhão. Ao final do período, o FGBP contava com R\$ 258,5 milhões em aplicações financeiras e R\$ 34,4 milhões em direitos a receber por conta de garantias honradas. Desde a criação do FGBP, o Estado da Bahia integralizou cotas, diretamente ou via Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, no valor de R\$ 576,6 milhões, e realizou resgates de cotas que somaram R\$ 450,6 milhões. Com os recursos do FGBP, foram honrados compromissos do Estado da Bahia no projeto SMSL no montante de R\$ 590,0 milhões, dos quais R\$ 555,7 milhões foram devolvidos ao caixa do FGBP.

5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas
Os recursos disponíveis do FGBP estiveram aplicados em fundos de renda fixa e referenciados no CDI, conforme a política de investimentos do Fundo.

No gráfico 5.3.1, exibido a seguir, observa-se a rentabilidade dos valores aplicados, já consideradas as despesas do Fundo com taxa de administração e outros custos administrativos.

Gráfico 5.3.1 – Rentabilidade dos recursos disponíveis do FGBP



A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas sofreu oscilações ao longo dos quatro últimos semestres, em função de alterações no volume de cotas (nesse biênio, houve resgate de cotas no início de 2020 e outra em outubro de 2021), o que faz o indicador apresentar valor menor; assim como pelo volume maior de garantias ressarcidas ao Fundo pelo parceiro público, frente ao montante relativamente baixo de pagamentos realizados no período, o que faz o indicador crescer.

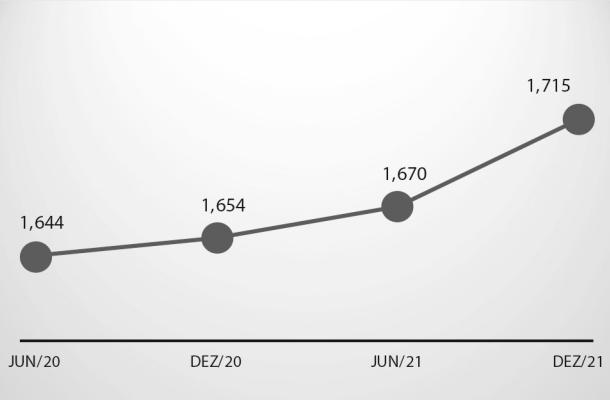
No gráfico seguinte, observa-se a evolução da relação patrimônio disponível e garantias nos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.2 – Relação Patrimônio Disponível/Garantias



No que se refere ao valor da cota, nota-se que ela se mantém crescente ao longo do tempo. Isto decorre do fato de o patrimônio total do FGBP se constituir, essencialmente, de uma parcela de ativos que, por estarem aplicados no mercado financeiro, se valorizam por conta da rentabilidade auferida, e de outra parcela referente ao pagamento das garantias honradas. Essa segunda parcela não se valoriza no tempo, mas tampouco reduz o patrimônio, uma vez que o Fundo se sub-roga no direito do parceiro privado a receber, do poder concedente, os valores honrados. Segue o valor da cota no final dos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.3 – Valor da Cota Em R\$ mil



5.4. Encargos debitados
Os encargos e taxas debitados no exercício de 2021, considerando o regime de caixa, totalizam R\$ 617,4 mil (0,19% do patrimônio médio¹), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 334,8 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2020 a novembro/2021);
- R\$ 223,2 mil referem-se à taxa de administração da Bahiainveste (2% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2020 a novembro/2021);
- R\$ 32,5 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 26,8 mil, a despesas diversas.

Os encargos e taxas debitados no exercício de 2020, considerando o regime de caixa, totalizam R\$ 366,1 mil (0,11% do patrimônio médio²), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 203,0 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2019 a novembro/2020);
- R\$ 135,3 mil referem-se à taxa de administração da Bahiainveste (2% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2019 a novembro/2020);
- R\$ 31,4 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 27,2 mil, a despesas diversas³.

5.5. Investimentos imobiliários
Não se aplica no período analisado.

5.6. Valor de mercado dos ativos
Não se aplica no período analisado.

6. Programa de Investimentos para o próximo período
Não há perspectivas de novos investimentos para o próximo período.

1 O patrimônio líquido era de R\$ 344.417 mil em 30/06/2021 e de R\$ 292.772 mil em 31/12/2021.
2 O patrimônio líquido era de R\$ 339.088 mil em 30/06/2020 e de R\$ 341.561 mil em 31/12/2020.
3 Também foi contabilizada, em 2020, a devolução de R\$ 30,8 mil por conta de débitos indevidos realizados no passado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
(Valores expressos em milhares de Reais)							
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	
Circulante		292.868	341.147	Circulante	96	39	
Títulos e valores mobiliários	4	258.451	306.730	Obrigações diversas	6	96	
Outros créditos	5	34.417	34.417	Patrimônio líquido	7	292.772	341.108
				Capital Social	126.005	186.005	
				Reserva de lucros	166.767	155.103	
Total do ativo		292.868	341.147	Total do passivo e do patrimônio líquido	292.868	341.147	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
		2021	2020		2021	2020	
Receitas da intermediação financeira				Lucro líquido	11.664	5.807	
Rendas com títulos e valores mobiliários		12.338	6.212	Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado bruto da intermediação financeira		12.338	6.212	Resultado abrangente total	11.664	5.807	
Outras receitas/(despesas) operacionais							
Despesas administrativas		(277)	(189)				
Despesas tributárias		(27)	(20)				
Outras despesas operacionais		(370)	(196)				
Resultado operacional		11.664	5.807				
Lucro antes da tributação sobre lucro e participações		11.664	5.807				
Lucro líquido do exercício		11.664	5.807				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
	Nota	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2021		186.005	155.103	-	341.108		
Lucro líquido do exercício				11.664	11.664		
Movimentação do capital com:							
Resgate de cotas	7	(60.000)		-	(60.000)		
Destinação:							
Constituição de reserva de lucro		-	11.664	(11.664)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		126.005	166.767	-	292.772		
Mutações do exercício		(60.000)	11.664	-	(48.336)		
Saldos em 1º de janeiro de 2020		260.005	149.296	-	409.301		
Lucro líquido do exercício		-	-	5.807	5.807		
Movimentação do capital com:							
Resgate de cotas	7	(74.000)	-	-	(74.000)		
Destinação:							
Constituição de reserva de lucro		-	5.807	(5.807)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		186.005	155.103	-	341.108		
Mutações do exercício		(74.000)	5.807	-	(68.193)		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
	Nota	2021	2020				
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucro líquido do exercício		11.664	5.807				
Variações patrimoniais							
Títulos e valores mobiliários		22.564	(75.825)				
Outros créditos		-	123.667				
Outras obrigações		57	(23)				
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		34.285	53.626				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
Resgate de cotas	7	(60.000)	(74.000)				
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(60.000)	(74.000)				
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(25.715)	(20.374)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3g	25.715	46.089				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3g	-	25.715				
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(25.715)	(20.374)				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Desenbahia

Agência de Fomento
do Estado da Bahia S.A.

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP

CNPJ: 18.918.355/0001-20

ADMINISTRADORA: DESENBHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

CNPJ: 15.163.587/0001-27

Rua Ivonne Silveira, 213 – Narandiba, Salvador – BA – CEP: 41.192-007 - Tel: (71) 3103-1040/1058

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores que emitiram o relatório em 7 de abril de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso

A base de elaboração das respectivas demonstrações contábeis está descrita na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas para o uso exclusivo dos administradores do Fundo. Como resultado, essas demonstrações contábeis podem não ser apropriadas para outros propósitos e seu uso deve ser exclusivo aos administradores do Fundo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar-

mos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- São Paulo, 8 de abril de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Russell Bedford
taking you further

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico